SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: 21 de novembro de 2018, às 09:00h, na sede social da SÃO PAULO TURISMO S.A. ("Companhia" ou "SPTURIS"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Olavo Fontoura, 1209 – Parque Anhembi.

PRESENÇAS: Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Srs. Norberto Antonio Batista, Marcelo Pierantozzi Gonçalves, Marco Antônio Torres Passos e a Conselheira Suplente, Sra. Simone Aparecida Vicentini.

Presentes, ainda, o Sr. Andre Rodrigo Sanches – Diretor Presidente, Sr. Mário Brescancini Bello – Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Giovani Agnoletto – Gerente de Controladoria, Sr. Marcelo Simões Quinteiro – Chefe da Coordenadoria de Contabilidade e Sr. Márcio Asbahr Miglioli – Gerente Jurídico.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Rebecca Alonso Nascimento.

ORDEM DO DIA: (i) Apresentação dos resultados econômicos e financeiros da Companhia até outubro/2018; e **(ii)** Apreciação dos itens de novembro do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Sr. Mário Brescancini Bello saudou os presentes e agradeceu a presença dos Conselheiros Fiscais e demais participantes para discussão acerca dos itens previstos na Ordem do Dia.

Assim, com relação ao **item (i)** da Ordem do Dia, o Sr. Mário Brescancini Bello realizou a apresentação dos resultados econômicos e financeiros da Companhia até outubro/2018, respondendo a questionamentos dos conselheiros fiscais.

Durante a apresentação, os Conselheiros Fiscais fizeram as seguintes solicitações/recomendações acerca do Guia Gerencial:

1) Quadro 1 (Receita Operacional) – fazer a abertura das "Deduções" (descontos, devoluções e impostos), separando as deduções públicas (para a Prefeitura de São Paulo ou outros parceiros/contratantes públicos) das deduções para os parceiros/contratantes privados.

2) Com relação às dívidas das Secretarias Municipais para com a SPTURIS, os Conselheiros Fiscais, ressaltaram, novamente, acerca da importância da quitação de referidas dívidas, pendentes desde 2009 até o presente ano. Informaram que se deve dar prioridade às dívidas da atual gestão da Prefeitura de São Paulo, isto é, relativas aos anos de 2017 e 2018. Ressaltaram a importância na atuação direta com os Secretários Municipais, com o auxílio da Secretária Municipal de Turismo.

Com relação às dívidas dos anos 2009 a 2016, por serem de gestões passadas, reconheceram a dificuldade no recebimento de tais valores. Sugeriram, assim, que seja feito um estudo pelo financeiro da SPTURIS, juntamente com a área jurídica, a fim de verificar a possibilidade de baixa de referidas dívidas (*write-off*), caso se verifique que, de fato, há pouca ou nenhuma chance de pagamento por parte das Secretarias Municipais devedoras.

Por fim, os Conselheiros Fiscais solicitaram o compartilhamento da resposta da SPTURIS aos questionamentos realizados no Relatório de Auditoria do TCM/SP referente ao exercício social de 2017.

Na sequência, com relação às ações individuais de funcionários relativas ao reajuste salarial, o Sr. Márcio Miglioli informou que já foram propostas, até o presente momento, 20 ações individuais, sendo que 4 delas tiveram os respectivos pedidos julgados procedentes em primeira instância, e 4 delas foram julgadas improcedentes em primeira instância. Informou, ainda, que em todas as defesas apresenta o fato de o novo dissídio coletivo já ter sido ajuizado. No mais, informou que a Companhia já vem alertando aos seus funcionários acerca do benefício em se aguardar a resolução quanto ao dissídio coletivo, tendo em vista a economia com custas processuais e honorários advocatícios, além da decisão uniforme para todos os funcionários.

Com a palavra, o Presidente da Companhia, Sr. Andre Sanches, informou que a reunião realizada com o Secretário da Fazenda, Caio Megale, o Secretário de Turismo, Orlando de Faria, e o Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, foi muito positiva, tendo sido a eles apresentados os possíveis cenários caso o processo de privatização da Companhia não se concretize. Informou que o encerramento das atividades da Companhia foi considerado de possibilidade remota. Além disso, informou que é unânime a opinião de que, independentemente do cenário de privatização, a Companhia precisa fazer uma reestruturação, além de diminuir despesas e aumentar receitas, especialmente as privadas.

Na sequência, a Conselheira Simone Aparecida Vicentini, com relação ao PDV, ressaltou a importância de se ter representantes dos empregados na elaboração de referido documento. O Sr. Andre Sanches informou, quanto a esse ponto, que já foi criado um grupo, este composta pelo Diretor Presidente, pelo Diretor de Representação dos Empregados, e três membros do CRE, três funcionários inscritos e sorteados, que tem se reunido semanalmente para reuniões, além do suporte das áreas jurídica, de recursos humanos e comunicação da Companhia para maior representação dos empregados, e, em particular, a elaboração e revisão de referido PDV. O Conselheiro Marcelo Pierantozzi ressaltou que o PDV, antes de ser implementado, deve ser aprovado pela Junta Orçamentário-Financeira.

Por fim, foi apreciado o **item (ii)** da Ordem do Dia, pelo que os Conselheiros Fiscais analisaram todos os itens referentes ao **mês de novembro** do Plano de Trabalho atualmente vigente, sendo estes: 1 Situação Geral das contas - acompanhamento do Guia Gerencial; 1.1 Financeiro - Fluxo de Caixa mensal e Projeção Anual (previsto realizado); 1.1.1 Examinar a evolução dos Créditos a Receber em atraso; 1.1.2 Examinar a situação das contas a pagar em atraso; 1.2 Acompanhamento da Execução do Orçamento 2018 (previsto realizado); 1.3 Contabilidade/Balancete Patrimonial/Resultado acumulado do exercício 2018; 1.4 Compromisso de Desempenho Institucional (Decreto 53.916/13); 2 Examinar atualização do SADIN – Sistema de Acompanhamento da Administração Indireta; 3 Acompanhamento da Regularidade Fiscal; 3.1 Certidão Negativa de Débitos Tributários (Federais/Estaduais/Municipais); 3.2 Certidão Negativa de Débitos Previdenciários; 3.3 Certidão de Regularidade junto ao /FGTS; 3.4 Adimplência no

Cadastro Informativo (CADIN) nas esferas (Federais/Estaduais/Municipais); 4 Examinar as atas das reuniões; 4.1 Diretoria Executiva; 4.2 Conselho de Administração; 4.3 Cumprimento do parágrafo 1º do artigo 163 da Lei 6.404/76; 5 Acompanhamento dos trabalhos de auditoria; 5.1 Examinar cumprimento de eventuais recomendações do TCM e Auditoria Externa; 6 Verificar o andamento e melhoria de desempenho - Planejamento Estratégico Comercial – 2018; 7 Acompanhar e aprovar aditivo ao CDI – Plano Tático; 8 Acompanhamento do Projeto de Privatização da Empresa.

Também foram analisados os seguintes itens do **mês de outubro** do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal: 7 Análise de prejuízos/Evolução das despesas fixas e respectivas justificativas; 7.1 Verificar, na ocorrência de prejuízos acumulados, a possibilidade de redução de capital social; 7.2 Examinar a possibilidade de capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC. Com relação ao item 8 (Fiscalização de contratações: regularidade das contratações sob o aspecto do processo licitatório), o Sr. Márcio Miglioli informou que a Companhia está seguindo corretamente o processo previsto na Lei Federal nº 13.303/16 com relação às contratações e licitações. Informou, ainda, sobre esse ponto, que o novo regulamento de compras da Companhia já se encontra totalmente adequado à referida Lei das Estatais.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 21 de novembro de 2018.

Conselheiros:

NORBERTO ANTONIO BATISTA
Conselheiro

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES
Conselheiro

MARCO ANTONIO TORRES PASSOS
Conselheiro

SIMONE APARECIDAVICENTINI
Conselheira

Convidados:

ANDRE RODRIGO SANCHES
Diretor Presidente

MARIO BRESCANCINI BELLO
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

GIOVANI AGNOLETTO
Gerente de Controladoria

MARCELO SIMOES QUINTEIRO
Chefe da Coordenadoria de Contabilidade

MARCIO ASBAHR MIGLIOLI
Gerente Jurídico

REBECCA ALONSO NASCIMENTO
Secretária